VIDEO JOURNAL OF SOCIAL AND HUMAN RESEARCH
Uema UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
UNIVERSIDADE ABERTA www.uab.pt
ACADEMYON
CENTRO DE ESTUDOS GLOBAIS

EDITORIAL

Ana Patrícia Tavares de Almeida,
Universidade Aberta, Laboratório de Educação a Distância e eLearning, Portugal
Cristina Pereira Vieira,
Universidade Aberta, Laboratório de Educação a Distância e eLearning, Portugal,
Susana Henriques
Universidade Aberta, Laboratório de Educação a Distância e eLearning, Portugal,
Victor Hugo Nedel Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Geografia, Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Espaço, Brasil,

Onde as juventudes (se) fazem cidade: territórios, aprendizagens e disputas urbanas

As juventudes, na sua pluralidade, habitam e reinventam as cidades todos os dias. Através das suas espacialidades e das dinâmicas sociais desempenham um papel fundamental na construção das identidades juvenis. Entre ruas e redes, praças e plataformas, periferias e centros, constroem modos de existir e de aprender que desafiam fronteiras disciplinares e políticas. Nas cidades as pessoas jovens têm diferentes oportunidades para obter conhecimento, desenvolver competências e experimentar interações (Oliveira, Henriques & Vieira, 2024). É nesse cruzamento entre a experiência juvenil e a potência educativa dos territórios que se inscreve o presente dossiê temático "Juventudes e Cidades que Educam e Transformam", organizado em parceria com pesquisadoras do Brasil e de Portugal no âmbito da Cátedra UNESCO – A Cidade que Educa e Transforma[1].

Inspirado nos princípios das Cidades Educadoras, este dossiê propõe refletir sobre a cidade como território educativo, político e afetivo. A cidade que educa é aquela que reconhece nos seus sujeitos – especialmente nas juventudes – a força criadora de outras pedagogias, de outros modos de aprender e de habitar o comum.

Esta compreensão da cidade como espaço de aprendizagem encontra ressonância na tradição da Educação Popular. Para Paulo Freire (1987), a educação

[1] https://unesco.uab.pt/

acontece na relação crítica entre sujeitos e mundo, sendo os territórios vividos espaços privilegiados de produção de conhecimento e transformação social. Nesta perspectiva, a cidade deixa de ser apenas cenário da vida coletiva para se tornar contexto pedagógico de participação, diálogo e emancipação. Também Gadotti (2006) defende que a cidade constitui um amplo espaço educativo, no qual diferentes instituições, movimentos e experiências comunitárias contribuem para a formação cidadã.

O dossiê configura-se como um convite a todas as pessoas investigadoras a explorar as relações entre juventudes, territórios, práticas educativas e vivências, tomando a cidade como espaço de formação, conflito e invenção. Neste sentido, procura-se entender como as pessoas jovens vivem, como significam os seus saberes, como os negoceiam e como se organizam. Reúnem-se, desta forma, investigações, experiências e produções audiovisuais que abordem as juventudes em sua diversidade – de território, raça, classe, identidades de género, corporeidade e linguagem – numa busca de diferentes olhares sobre o papel das políticas públicas, da arte, da escola e dos movimentos sociais na construção de cidades mais justas, democráticas e educadoras. Cabe agora apresentar brevemente os artigos aqui reunidos.

“*Ninguém quer ficar aqui, mas todo mundo quer ficar aqui*”: experiências juvenis em uma pequena cidade do Rio Grande do Sul, Brasil. Inscrito nas Geografias das Juventudes, este artigo adota uma abordagem qualitativa, recorrendo a um Grupo Focal e a uma Roda de Conversa com jovens estudantes do 3.º ano do Ensino Médio de uma escola pública estadual em General Câmara, Rio Grande do Sul. Os resultados revelam uma forte ambivalência nas vivências dos jovens locais: por um lado, valorizam intensamente a tranquilidade, o sossego e a sensação de segurança do interior; por outro, enfrentam graves limitações estruturais, como a carência de opções de lazer, de transporte e, sobretudo, de oportunidades de trabalho e de prosseguimento de estudos ao nível do ensino superior. Essa escassez impulsiona o desejo de migração, embora muitos expressem a vontade de retornar no futuro caso o município se torne mais desenvolvido. A frase que intitula o artigo resume essa coexistência entre o apego afetivo ao lugar de crescimento e as restrições reais de sobrevivência e projeção de futuro.

"A Escola no Flow das Redes Sociais: Juventudes e Violências". Situado no cruzamento entre estudos de juventude, educação e comunicação digital, este artigo adota uma abordagem qualitativa e documental que articula análise de dinâmicas escolares com dados sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil, apoiando-se em evidências estatísticas nacionais, como o projeto 'TIC Kids Online Brasil 2024', e em estudos sobre violência escolar e *ciberbullying*. O ciberespaço é caracterizado como um espaço vivido pelos jovens, eliminando qualquer separação rígida entre as dimensões presenciais e digitais das suas vidas. A experiência escolar expande-se para além dos muros da escola, continuando ativamente nas redes sociais por meio da circulação diária de mensagens, comentários, memes e exposições. Existe uma sobreposição direta entre quem frequenta o espaço educativo e quem habita intensamente as telas. As redes sociais são profundamente ambíguas: por um lado, oferecem vínculos de pertença, acolhimento e livre expressão de identidades; por outro, atuam como arenas de radicalização, legitimação e facilitação de discursos de ódio, intolerância e *ciberbullying*. Os conflitos escolares refletem esta ambivalência e são cultivados de modo coletivo na circulação permanente entre o "pátio" e a "*timeline*".

Juventudes, cidadanias e espaços públicos urbanos: práticas espaciais no centro de Goiânia/GO. Fundamentado na Geografia Crítica, este artigo analisa a relação entre as práticas espaciais juvenis e a ocupação de espaços públicos na área central de Goiânia (GO), com foco na Praça Cívica e no Bosque dos Buritis, através de uma metodologia qualitativa que envolveu observações de campo sistemáticas e entrevistas. O estudo identifica um acentuado processo de esvaziamento físico e simbólico dos espaços públicos do centro, impulsionado por barreiras político-administrativas, como a aplicação de taxas elevadas e a exigência de projetos técnicos assinados para eventos com mais de dez pessoas em praças, e pela ineficiência do transporte público local, cujos tempos de espera nos fins de semana chegam a 55 minutos. Consequentemente, as práticas de lazer e sociabilidade juvenil são empurradas para a lógica mercantilista do consumo privado (shoppings e cinemas). Apesar do cenário de exclusão, movimentos contra-hegemónicos de resistência

(coletivos feministas, movimento negro, batalhas de rap) persistem na disputa e ressignificação democrática do direito à cidade.

Mobilidade urbana e experiências formativas de jovens no trajeto casa-escola. Este artigo investiga o trajeto diário entre a casa e a escola como um território de aprendizagem não formal, recorrendo a uma pesquisa de método misto que utilizou 161 questionários estruturados aplicados a alunos do 1.º e 2.º ano do Ensino Médio do CEFET/RJ, Campus Maracanã, no Rio de Janeiro. Os percursos diários de autocarro, comboio e metro são longos e exaustivos (a maioria dos estudantes leva entre 1 e 2 horas de viagem), provocando cansaço e falta de tempo que afetam o rendimento escolar. No entanto, esses trajetos configuram-se como "pedagogias urbanas" altamente formativas: ao circularem pela região metropolitana, os jovens desenvolvem autonomia prática (gestão do tempo e resolução de imprevistos), competências de convivência social diante da alteridade, estratégias de segurança e autoproteção (especialmente acentuadas entre meninas e moradores de periferias) e uma visão crítica sobre as desigualdades socioespaciais da metrópole. Essas aprendizagens dão-se de forma desigual, penalizando mais os estudantes pretos, pardos e de territórios periféricos (como a Baixada Fluminense) devido ao desgaste acumulado.

"Educação Popular freiriana e cidades que educam e transformam: contribuições para territórios, periferias e políticas urbanas democráticas". Inscrito no campo da educação popular e do urbanismo crítico, este estudo adota uma abordagem teórico-conceitual de base freiriana, articulando princípios da pedagogia crítica com propostas de planeamento urbano participativo, governança híbrida e justiça socioespacial, tomando a cidade como território formativo e político. Sob a perspectiva freiriana, o espaço urbano transcende a mera infraestrutura física para se constituir como um território formativo de produção de saberes, disputas, memórias, culturas e projetos coletivos de humanização. A cidade educa e, ao mesmo tempo, aprende das relações sociais dos seus habitantes ("a cidade somos nós e nós somos a cidade"). São identificadas seis dimensões de contribuição da educação popular para cidades que educam e transformam: epistemológica, política, estética, ética, antropológica e social. Como propostas de ação concreta, o estudo defende o planeamento urbano participativo, a territorialização dos currículos escolares (escolas

em diálogo orgânico com os bairros por meio de pesquisas participativas) e a consolidação de ecossistemas híbridos de governança.

Da assimetria territorial à desigualdade social – o caso do Alto Alentejo, Portugal no escopo dos direitos da criança. Trata-se de um estudo exploratório baseado em análise documental e dados estatísticos nacionais e europeus, que analisa de que maneira as assimetrias regionais comprometem os direitos fundamentais de crianças e jovens no distrito de Portalegre (Alto Alentejo, Portugal), classificado como um território de baixa densidade. Portalegre enfrenta vulnerabilidades estruturais severas, tais como envelhecimento demográfico, despovoamento, baixos salários médios, elevadas taxas de analfabetismo e retenção escolar. No âmbito da infância e juventude, constata-se uma aguda assimetria institucional: o distrito não possui tribunais de menores especializados, apresenta zero colocações de crianças em acolhimento familiar em 2024 (por falta de organizações sociais protocoladas) e tem uma severa carência de serviços especializados em acolhimento residencial, apoio à autonomia dos jovens e equipas de rua. Adicionalmente, verifica-se uma contradição: embora o distrito apresente alta cobertura de creches, o nível de utilização pelas famílias é baixíssimo devido à exclusão social e ao peso da inatividade populacional.

Corpos sob vigilância: juventudes, gênero e circulação na cidade. Este estudo avalia como jovens estudantes interpretam as normas de gênero nos espaços urbanos, através de uma pesquisa-intervenção qualitativa com treze estudantes do Ensino Médio de uma escola pública no interior de São Paulo. O percurso pedagógico consistiu em três etapas: um “trote de gênero” (inversão performática das roupas e trejeitos na escola), um trabalho de campo observacional no bairro e discussões teóricas apoiadas em Michel Foucault (2014; 2015; 2025) e de Judith Butler (2004; 2015; 2019). O “trote de gênero” gerou sentimentos de vergonha, estranhamento e vigilância, revelando a rigidez das expectativas de comportamento social. Nas observações de campo, os jovens identificaram que os espaços públicos não são neutros: enquanto os homens tendem a ocupar as áreas (como transportes, bares e ruas) com atitudes dominantes e corporificadas com expansividade, as mulheres tendem a adotar uma postura de autocontenção defensiva e vigilância constante,

encolhendo-se fisicamente ou usando roupas discretas para evitar abordagens e julgamentos. A intervenção pedagógica mostrou-se eficaz ao deslocar a perceção dos estudantes, permitindo que passassem a reconhecer as normas e penalidades de gênero não como algo natural, mas como construções sociais e efeitos diretos de relações de poder.

A convergência das investigações revela que o espaço geográfico não funciona apenas como infraestrutura inerte ou cenário passivo, mas como um elemento profundamente ativo na produção das identidades, das relações de poder e na regulação das juventudes contemporâneas. Essa relação espacializada com a condição juvenil manifesta-se de forma multidimensional em diferentes escalas geográficas: no trânsito diário entre o físico e o virtual (ciberespaço), nos percursos metropolitanos desgastantes entre casa e escola, na exclusão decorrente das assimetrias de regiões periféricas e de baixa densidade, e nas dinâmicas de uso, controlo ou abandono dos espaços urbanos de convivência.

O conjunto dos artigos que compõe este dossiê especial permite destacar os seguintes aspetos:

A dissolução das fronteiras entre o espaço físico e virtual

Não é mais viável tratar o ciberespaço e o espaço escolar/urbano como dimensões estanques. As interações, amizades, humilhações e conflitos circulam ininterruptamente entre os corpos físicos e os dispositivos móveis. O ciberespaço intensifica de forma veloz a reverberação de hostilidades que, ao não encontrarem mediação pedagógica nas instituições de ensino, podem manifestar-se de maneira violenta e performativa no espaço escolar tradicional, verificando-se uma tendência de hibridização dos espaços vividos.

A pedagogia invisível da mobilidade e da sobrevivência urbanas

O tempo passado nos meios de transporte e os caminhos quotidianos percorridos pelos jovens são territórios pedagógicos de aprendizagem não formalizada. Neles, desenvolve-se uma autonomia prática crucial para a vida adulta e uma perceção crítica sobre as desigualdades socio espaciais. Contudo, essa aprendizagem é profundamente desigual: jovens pretos, pardos e de territórios periféricos carregam o

ónus do desgaste físico, e jovens do género feminino sentem a necessidade de internalizar estratégias de segurança e autoproteção defensiva.

O espaço urbano como regulador e policiador dos corpos

As ruas, praças e meios de transporte não são neutros; operam como dispositivos de poder e disciplinadores das condutas de género. Enquanto os corpos masculinos dominam e ocupam fisicamente os espaços urbanos com expansividade e liberdade de trânsito, os corpos femininos sofrem uma vigilância contínua (interna e externa), sendo moldados para a autocontenção, rigidez e encolhimento físico.

A mutilação e a privatização da cidadania juvenil

Identifica-se um processo contínuo de esvaziamento social e político dos espaços públicos tradicionais (como praças e parques). Esse esvaziamento é acelerado por regulamentos municipais altamente burocráticos e restritivos à ocupação coletiva e pela falta de oportunidades materiais de estudo e trabalho que forçam os jovens à migração (no dilema do "ninguém quer ficar, mas todo mundo quer ficar"). Sem canais democráticos e com a exclusão espacial instalada, a sociabilidade juvenil é empurrada para o consumo privado de shoppings e cinemas ou para o refúgio do espaço doméstico.

A criança e o jovem no âmbito dos direitos e da justiça territorial

As assimetrias territoriais atuam diretamente sobre a negação de direitos fundamentais. A infância e a juventude em territórios de baixa densidade (como o Alto Alentejo) enfrentam vulnerabilidades estruturais graves, marcadas por um "vazio" institucional – falta de juízos especializados, de programas protocolados de acolhimento familiar ou de equipas de rua de apoio a crianças em situação de perigo. A superação dessa desigualdade exige que o bem-estar e o ordenamento do território sejam pensados como uma única política de justiça espacial.

A educação popular como prática emancipatória da gestão e do currículo

Como alternativa a essas opressões, o referencial freiriano defende a emancipação humana através da unificação entre os saberes populares produzidos na periferia e o planeamento técnico da cidade. Para que a "Cidade Educadora" se concretize de forma democrática, é imperativo instituir orçamentos participativos e ecossistemas híbridos de governança, articulados com escolas que territorializam os

seus currículos e transformam a realidade local em matéria viva de pesquisa e ação coletiva.

Neste sentido, as cidades surgem como lugares onde são incentivadas, travadas ou bloqueadas, reguladas e normalizadas práticas quotidianas, tornando-se um campo de produção de conhecimento (Lúcio, 2016). Elas assumem um papel de produção de realidades e de edificação de lugares, produzindo espaços que permitem a sua existência de diferentes relações sociais (Cassab, 2023), delineando percursos quotidianos.

As diferentes contribuições evidenciam como as desigualdades territoriais condicionam oportunidades de futuro, como o esvaziamento e a regulação dos espaços públicos limitam a apropriação democrática da cidade e, simultaneamente, como os jovens desenvolvem estratégias de agência, resistência e aprendizagem social nos seus percursos quotidianos. Ao reunir estas vozes, este dossiê reafirma o compromisso da revista com uma ciência social crítica, interdisciplinar e comprometida com a transformação social, alinhada à missão da Cátedra UNESCO – A Cidade que Educa e Transforma e aos valores de justiça territorial, participação juvenil e cidades verdadeiramente educadoras.

Boas leituras!

Referências

Butler, J. (2004). *Undoing Gender*. Routledge.

Butler, J. (2015). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.

Butler, J. (2019) *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. N-1 Edições.

Cassab, C. (2023). Imagens e narrativas: Uma proposta de construção de metodologia para pesquisa sobre juventudes e cidade. *Caminhos de Geografia*, 24(95), 145-159. https://doi.org/10.14393/RCG249567025

Foucault, M. (2014). *Vigiar e Punir*. 42ª ed. 13ª reimp. Vozes,.

Foucault, M. (2015). *A sociedade punitiva*. Editora WMF Martins Fontes.

Foucault, M. (2025). *Microfísica do poder*. 18ª ed. Paz e Terra.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.

Gadotti, M. (2006). "A Escola na Cidade que Educa". *Cadernos Cenpec*, 1(1), 133-139

Lúcio, J. (2016). Young people's appropriations of life and education in the city. In Million, A., Heinrich, A., Coelen, T. (eds) *Education, Space and Urban Planning*, (159–166). Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-38999-8_15

Oliveira, V. H. N., Henriques, S., Vieira, C. P., (Orgs.) (2024). *Juventudes em Português: expressões juvenis de língua portuguesa*. Arco Editores. https://doi.org/10.48209/978-65-5417-251-6